

Moradias nas margens do rio Urussanga: mapeando edificações com potencial de patrimonialização

Houses on the banks of the Urussanga River: mapping buildings with heritage potential

Gislaine Beretta¹

Juliano Bitencourt Campos²

Lucy Cristina Ostetto³

Michele Gonçalves Cardoso⁴

José Gustavo Santos da Silva⁵

André Luís Ramos Soares⁶

Palavras-chave:
Colonização
Memória
Rio Urussanga

Resumo: O município de Urussanga, localizado no sul de Santa Catarina, é conhecido por seu patrimônio e arquitetura típica da colonização, e tais construções desempenham um papel relevante na preservação da identidade cultural local. Este artigo tem por propósito mapear e identificar edificações residenciais às margens do Rio Urussanga com potencial para tombamento. O procedimento metodológico contou com saídas de campo para a identificação e levantamento dos bens, estes que foram catalogados e espacializados no *software* SIG (Sistema de Informações Geográficas), visando a elaboração de cartografia temática. O estudo demonstrou a presença de 31 bens de interesse patrimoniais, entre eles casas e casarões coloniais, margeando o recorte do rio. Essas moradias estão ligadas e enlaçadas à formação do que hoje corresponde ao município, porém a falta de proteção e salvaguarda colocam em risco sua existência e permanência.

Keywords:
Colonization
Memory
Urussanga River

Abstract: The municipality of Urussanga, located in the south of Santa Catarina, is known for its heritage and typical Italian architecture. These buildings play an important role in preserving the local cultural identity. The purpose of this article is to map and identify residential buildings on the banks of the Urussanga River with the potential to be listed. The methodological procedure included field trips to identify and survey the properties, which were then cataloged and specialized in GIS (geographic information system) software in order to create thematic cartography. The study showed the presence of 31 assets of heritage interest, including colonial houses and mansions bordering the river. These houses are linked to the formation of what is now the municipality, but the lack of protection and safeguarding puts their existence and permanence at risk.

Recebido em 15 de abril de 2024. Aprovado em 07 de maio de 2024.

1 Mestra em Ciências Ambientais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCA), Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). gislainemonsenhorgmail.com.

2 Doutor em Arqueologia. Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCA), docente do departamento de História, Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Investigador do Instituto Terra e Memória, Centro de Geociências (ITM/CGEO/Portugal). E-mail: jbi@unesc.net.

3 Doutora em História. Docente do departamento de História e Pedagogia, Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). lco@unesc.net.

4 Doutora em História. Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico (PPGDS), docente do departamento de História, Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). michelegc@unesc.net.

5 Doutorando em Ciências Ambientais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCA), Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). E-mail: gustasantos92@gmail.com.

6 Doutor em Arqueologia. Docente do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural (PPGPC) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Investigador do Instituto Terra e Memória, Centro de Geociências (ITM/CGEO/Portugal). andre.soares@ufsm.br.

Introdução

Nem sempre o cuidado e o apreço por um bem residencial são suficientes para manter sua integridade, de forma a protegê-lo e salvaguardá-lo, ainda mais quando se considera o processo de desenvolvimento das cidades brasileiras nas duas últimas décadas, visto que a partir da renovação das características arquitetônicas o processo de descaracterização ou esquecimento das edificações se assevera (Holzer e Fernandes, 2021; Sánchez, 2022). Holzer e Fernandes (2021) complementam ainda que este processo de descaracterização ou esquecimento das edificações se faz presente principalmente em residências unifamiliares, estas que são foco do mapeamento proposto neste trabalho.

Geralmente, quando um bem possui relevância histórica, cultural e arquitetônica, municípios, estados e a união iniciam processos de salvaguarda por meio de tombamentos. Segundo o IPHAN (2014), a preservação desses bens por meio do tombamento significa o reconhecimento oficial do seu valor e do seu significado para a compreensão da história e da identidade de uma comunidade, um povo, uma nação ou, por vezes, da humanidade. Porém, sabe-se que o tombamento não é a única forma de prevenção patrimonial. Como menciona o IPHAN (2014):

A Constituição Federal estabelece que é função da União, dos estados e municípios, com o apoio das comunidades, preservar os bens culturais e naturais brasileiros. Além do tombamento, existem outras formas de preservação. O inventário é a primeira forma para o reconhecimento da importância dos bens culturais e ambientais, por meio do registro de suas características principais.

Os planos diretores também estabelecem formas de preservação do patrimônio pelos municípios, por intermédio do planejamento urbano. Os municípios devem promover o desenvolvimento das cidades sem a destruição do patrimônio. Podem, ainda, criar leis específicas que estabeleçam incentivos à preservação.

Registrar as características principais das construções por meio de inventários e de planos diretores sensíveis ao tema são saídas viáveis quanto

ao assunto tratado (Santim e Marangon, 2008). O IPHAN ainda conta com a Política de Patrimônio Cultural Material (PPCM) instituída pela Portaria Nº 375, de 19 de setembro de 2018, que serve de guia para ações e processos de identificação, reconhecimento, proteção, licenciamento, fiscalização, monitoramento, conservação, interpretação, promoção e educação patrimonial relacionados à dimensão material do Patrimônio Cultural Brasileiro (Iphan, 2018). A PPCM tem como objetivo a promoção e a construção coletiva dos instrumentos de preservação, garantindo a legitimidade das ações do IPHAN junto às comunidades e entre os agentes públicos.

Para isso, é importante compreender a indissociabilidade entre os bens culturais e suas comunidades, além da participação ativa na elaboração de estratégias e da colaboração entre as esferas do Poder Público e a comunidade (Iphan, 2018). Silva (2008) e Campos et al. (2024) nos trazem que Patrimônio Imaterial pode ser transmitido de geração em geração e sempre recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, interação com a natureza e sua história, gerando de tal forma um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo para sua preservação. Campos et al. (2024) complementam ainda que não é possível pensar conservação patrimonial sem considerar o diálogo com as comunidades locais a ele relacionado.

Um instrumento de reconhecimento inédito adotado pelo IPHAN é a ideia de lugares de memória: ainda que um bem cultural tenha perdido sua integridade e autenticidade em consequência da ação humana ou do tempo, poderá ser reconhecido pela importância de seus valores simbólicos. Zarbato (2015) e Nicoladelli et al. (2023) complementam que o patrimônio cultural caracteriza um povo ou uma comunidade, sendo estes bens representações diretas de suas memórias, tradições e costumes,

Caso um bem tenha valor e significado simbólico de pertencimento à sua comunidade, a salvaguarda torna-se um meio de proteção e preservação desse espaço. Conhecer a importância dos patrimônios da comunidade a qual se pertence é uma maneira de lutar pela sua resistência e permanência.

Para além do patrimônio que marca a vida do indivíduo, uma edificação ainda carrega marcas coletivas, que representam memórias não somente daqueles que habitam suas paredes, mas também daqueles que circulam em seu entorno, transformam seus usos ou as utilizam como pontos de referência, ganhando assim dimensões coletivas. As múltiplas temporalidades presentes nas edificações as circunscrevem no tempo e no espaço, tornando-as elementos representativos da coletividade e, por isso, possíveis candidatas para serem protegidas pelos instrumentos legais de preservação.

No município de Urussanga/SC, os bens patrimoniais tombados se encontram de forma majoritária na área central da cidade, retratando a ascensão econômica de algumas famílias de descendentes de italianos. Nesse sentido, entendemos que a memória da cidade de Urussanga se dá para além da área central, pois a cidade pertence a todos os seus cidadãos, o que inclui as áreas periféricas e rurais. Experiências e histórias precisam ser rememoradas, conhecidas e divididas para que outros lugares e olhares ganhem visibilidade e se tornem ponto de referência à memória social.

Sendo assim, o objetivo deste texto é mapear os locais com potencial de reconhecimento como patrimônios que estão fora do eixo principal de tombamento do município. Destarte, esta pesquisa trata de identificar os bens culturais residenciais ao longo das margens do Rio Urussanga no perímetro do município de mesmo nome, compreendendo-os como possíveis bens de ordem individual e coletiva que podem ser catalogados, inventariados e reconhecidos para que possam ser preservados.

Assim, para que este estudo atendesse seus objetivos, além de compreender seu valor patrimonial, esta investigação adotou por metodologia a pesquisa de memória no campo da história, seguida por levantamento de dados em campo, com registro fotográfico e desenvolvimento de uma cartografia temática para a espacialização destes bens. A pesquisa se deu em caráter qualitativo e exploratório, o que permitiu compreender os bens registrados de maneira singular, respeitando suas particularidades e ampliando a perspectiva e as demandas do estudo.

Caracterização da área de Estudo

A área de estudo compreende os limites territoriais do município de Urussanga, localizado no sul de Santa Catarina (Figura 1). Urussanga se localiza a 185 km da capital Florianópolis. Seus primeiros habitantes foram os povos originários. Além dos povos indígenas, imigrantes vindos de diversas regiões da Europa ocuparam as terras catarinenses. Como aponta De Luca e Santiago (2020), a imigração se deu por etapas distintas: após o reconhecimento do território, ainda no século XVI, ocorreram as fundações de vilas litorâneas no século XVII, as imigrações açorianas no século XVIII e as imigrações alemã, italiana e polonesa ao longo do século XIX. A introdução de diferentes povos nesse território potencializou tensões, e o resultado destes apagamentos foi a dizimação parcial ou total dos povos originários desta região.

As moradias improvisadas que abrigaram os colonos recém-chegados foram dando lugar às casas definitivas, estas construídas com os recursos disponíveis na região, de maneira que atendessem suas necessidades da forma mais sólida e duradoura possível. Logo o centro da cidade ficou tomado por grandes casarões, que aos poucos davam um ar de urbanidade europeia ao local, e o ambiente do interior, de maneira mais esparsa, também colaborava com as mudanças demográficas da nova colônia.

A partir de registros oficiais, Urussanga surgiu como município no ano de 1878, por responsabilidade do engenheiro Joaquim Viera Ferreira. Apesar de ter sido antes apenas uma sede secundária de Azambuja, assim como Armazém e Canela Grande, ela já se diferenciava das demais, visto a confiança depositada pelo engenheiro responsável (Selau, 2006).

O rio que fez referência à instalação do município, que nasce no seio da cidade em confluência do rio Carvão e rio Maior, é o Rio Urussanga, o principal curso da água da bacia hidrográfica do Rio Urussanga. Pelas margens do rio, que percorre 42 km, até misturar-se com o oceano, encontra-se diversas moradias ligadas à colonização da cidade.

Isto porque, no final do século XIX e início do século XX, Urussanga recebeu grande contingente de imigrantes italianos, provenientes

sobretudo da região do Vêneto, como menciona Rocha e Cardoso (2021). As colônias fundadas neste período se estabeleceram em regiões interioranas, ligadas de maneira tênue a núcleos luso-brasileiros no litoral, formando ilhas culturais, como apontado por De Lucca e Santiago (2011). Serviram, assim, de modelo ou propaganda de colônia, sendo seu sucesso fundamental para que novos imigrantes se interessassem em viver neste local.

Com a chegada de novos membros, Urussanga se desenvolvia, oferecendo a seus habitantes os recursos necessários à continuidade da instalação da colônia. Moinhos, vendas, atafonas,

engenhos, moendas, ferrarias e serrarias começaram a se multiplicar por essa porção de terra, como mencionado por Marques (1978). Conforme a adaptação acontecia, a crescente derrubada da mata expandia a ideia de progresso e segurança ao colono recém-chegado. Em contrapartida, este abatimento deixava os povos Laklãno-Xokleng, que habitavam estas florestas, expostos, desprotegidos e desabrigados. Foi uma questão de tempo para que estes povos se tornassem tão inconvenientes aos recém instalados que sua dizimação foi banalizada e justificada como segurança e progresso.

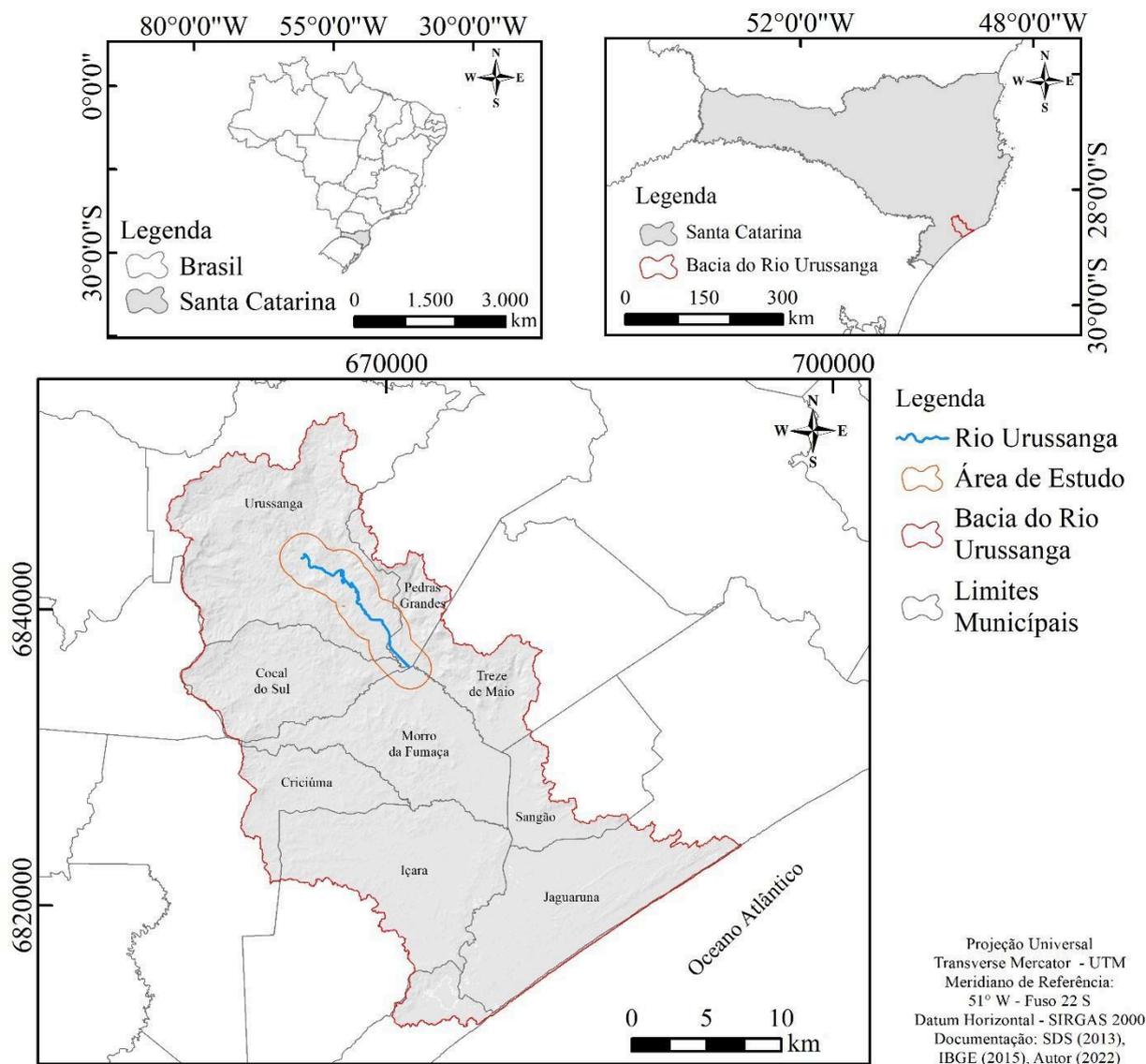


Figura 1 – Localização da área de Estudo.

Fonte: Autores (2024).

Hoje, parte dessas construções, que em maioria estão localizadas no centro da cidade,

continua vívida e protegida por tombamentos e salvaguarda. Proteção que se iniciou a partir da década de 1990, por meio de tensões e ações de caráter identitárias promovidas por órgãos oficiais e pelos proprietários dos bens, conforme descrito por Rocha e Cardoso (2021).

Urussanga possui um número considerável de patrimônio material protegido, contando com 18 edificações tombadas na zona urbana central, todas no entorno da Praça Anita Garibaldi, e outras 6 edificações na zona rural (Figura 2). Segundo De Luca e Santiago (2020), o patrimônio arquitetônico de Urussanga foi tombado pela Fundação Catarinense de Cultura (FCC), sendo que os processos de tombamentos tiveram início no ano de 1994 e foram homologados em 2001.

A arquitetura desses bens segue similaridade

de padrão, com características comuns a outras regiões de colonização italiana. Esses patrimônios representam parte importante da história de Urussanga, porém caracterizam apenas uma parte da história da colonização no município. Dissolver esta percepção de que a ocupação se deu apenas por grupos tradicionais, em uma cidade em que a colonização foi maciçamente italiana, se faz necessária principalmente quando tratamos de algo tão particular, como a casa em que os colonos viveram. Apresentar a possibilidade de novos enredos, por meio de outras construções e olhares às margens do rio Urussanga, se faz importante quando buscamos preservar outras identidades que façam conexões tangíveis com o passado e com a memória imbricada nos lugares de habitação e seus modos de vida que ainda estão presentes.

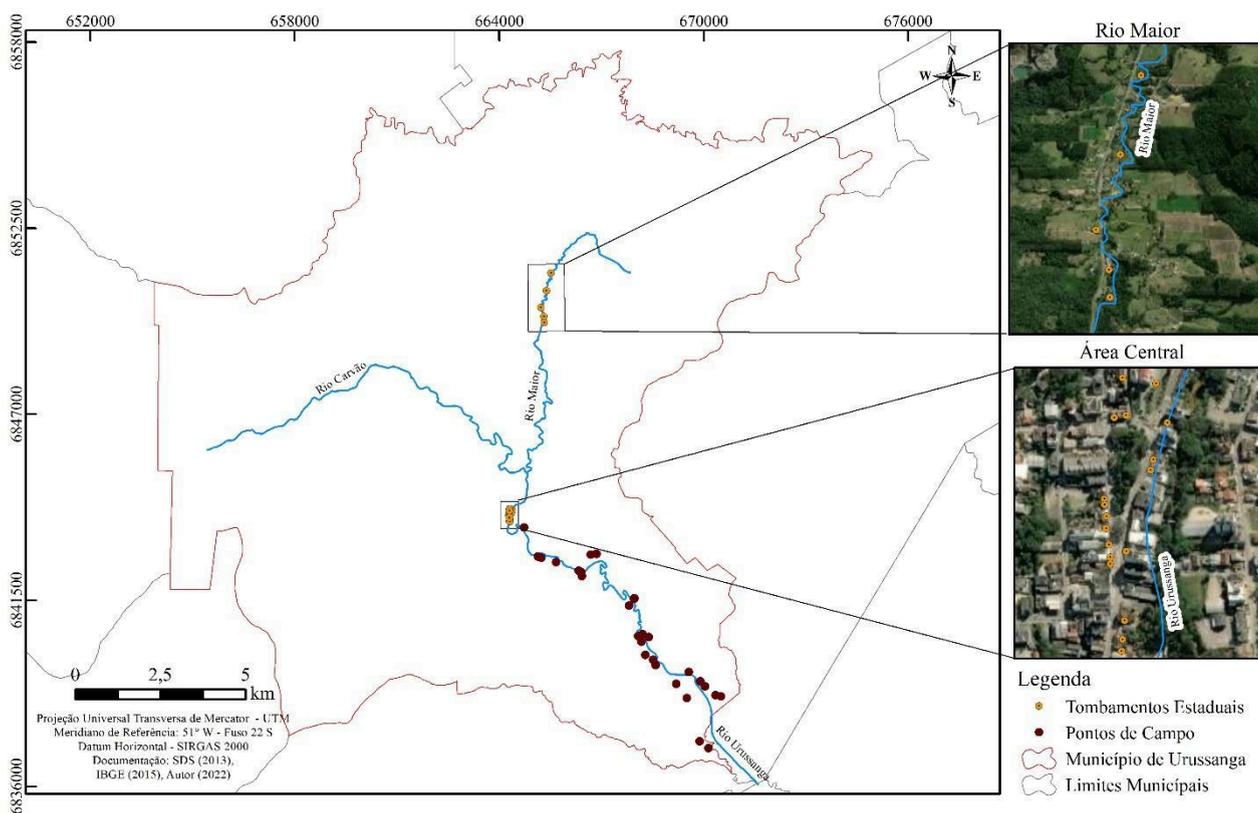


Figura 2 – Localização dos patrimônios tombados em Urussanga em relação aos identificados na pesquisa.

Fonte: Autores (2024).

Metodologia

Para que este estudo atendesse seus objetivos, além de compreender seu valor patrimonial, esta investigação adotou por metodologia a pesquisa de campo com registro fotográfico e identificação dos bens patrimoniais com potencial de tombamento, bem como levantamento da produção historiográfica.

A saída de campo aconteceu em dois momentos. A primeira visita ocorreu em janeiro de 2022, com a finalidade de reconhecimento da extensão do campo e de seu potencial de pesquisa. Já a segunda fase ocorreu em julho de 2022, com o registro fotográfico e captação de coordenadas dos bens residenciais. Nesta etapa, a coleta de dados se deu por intermédio de um GPS (*Global Positioning System*). Foi utilizado também uma tabela de campo para as anotações referentes aos bens.

Após a identificação e demarcação via GPS dos bens de natureza material, foi possível espacializá-los, e por meio da cartografia temática foram elaborados mapas, identificando ao longo do rio Urussanga os bens patrimoniais elencados na pesquisa.

É importante salientar que a criação de um mapa temático poderá contribuir para a elaboração e melhoramento de políticas públicas de preservação do Patrimônio Histórico do município, caso seja a vontade das gestões envolvidas. A portaria nº 375 do IPHAN, de 19 de setembro de 2018, em seu artigo 17 complementa que:

As ações e atividades de identificação devem privilegiar recortes temáticos, cronológicos ou territoriais e refletir sobre a representatividade local, regional e nacional, evidenciando os atributos e características do bem material, podendo, ou não, resultar em medidas de proteção ou em instrumentos de gestão territorial.

Para a realização da parte cartográfica, adotou-se o sistema de Projeção Universal Transversa de Mercator (UTM), Datum SIRGAS 2000, meridiano de referência 51°W (Fuso 22 S). O *software* que auxiliou na construção dos mapeamentos temáticos foi o ArcGIS 10.3.1, desenvolvido pela ESRI (Environmental Systems

Research Institute) e licenciado pela UNESCO, e o Qgis 3.14 “PI” (*Software* livre).

Resultados e discussões

O rio, que já teve águas cristalinas, carrega em seu nome uma herança cultural muito importante. O nome era Yroiçanga, ou “Águas muito frias”, como mencionavam os Laklano Xokleng, (grupo pertencente à família linguística Jê, parte do tronco Macro-Jê), que habitavam essas redondezas muito antes da chegada dos colonizadores.

O campo desta pesquisa inicia-se na confluência do Rio Maior e Rio Carvão, originalmente onde nasce o Rio Urussanga, e percorre o interior do município até a sua divisa com os municípios de Pedras Grandes e Cocal do Sul.

Nesse trajeto, que adentra o interior da cidade de Urussanga, foi possível fazer uma imersão ao passado. Foram identificados, registrados e espacializados 31 bens patrimoniais (Figura 3 e Quadro 1) com características coloniais ou de períodos modernistas. Patrimônios isolados, outros somados ao novo, acompanham o correr e vivem o ritmo do rio. Na Figura 3 é possível observar na cartografia produzida, a localização espacial dos bens residenciais levantados nesta pesquisa. Sua localização indica que ocupações coloniais se deram por toda extensão do rio, em ambos os lados de sua margem. Uma quantidade de bens bastante significativas, com características únicas que acompanharam o desenvolvimento da cidade, da técnica e das matérias-primas disponíveis. Segundo De Luca e Santiago (2020, p. 04):

A arquitetura da região reflete a experiência e habilidade dos construtores que vieram colonizar o estado, a diversidade étnica e a maneira como os imigrantes se adaptaram ao novo ambiente, usando conhecimentos de gerações e fontes locais de matéria prima.

Dos trinta e um patrimônios residenciais identificados, 21 ficam na margem esquerda do rio Urussanga, em uma região de característica rural que abrange o interior das localidades de Bairro de Villa e São Pedro. As outras 10 residências se encontram na margem direita, que hoje costeia a Rodovia Genésio

Mazon, ponto que liga as cidades de Urussanga e Morro da Fumaça.

As primeiras 21 edificações identificadas na margem esquerda do rio dividem espaço com paisagens rurais, de forma que o tempo parece ter passado de forma mais lenta, sendo alguns destes bens em estado de parcial isolamento. Ainda sobre os bens que margeiam o lado esquerdo do rio, é perceptível que obedecem a temporalidades e arquiteturas diferentes, tendo, na maioria dos casos, a terra como provento, assim como foi no passado.

As residências foram construídas com matérias-primas distintas, muito facilmente encontradas na região, como madeira, pedra e tijolos, e permanecem sendo utilizadas como a casa da família, com algumas exceções. As construções em madeira hoje ocupam funções distintas, como de paiol ou depósito (rancho), por exemplo. Ainda nesta margem, foi possível verificar a ação do tempo

sobre os bens, em especial no casarão G10. Sua estrutura em tijolos revestidos permanece de pé, porém o telhado, assoalho e aberturas já não existem mais. Essa construção se torna um exemplo típico dos resultados do tempo e do abandono, tanto dos proprietários quanto dos órgãos responsáveis.

Na margem direita do número de edificações diminui, e em alguns trechos são mais esparsos. Podemos levantar algumas hipóteses sobre o motivador desse diferencial, como a construção da rodovia e da estrada de ferro e a disposição de áreas industriais do município nesta localidade, ou então o desenvolvimento de bairros e loteamentos.

Algumas residências tiveram sua construção voltada ao rio e à antiga estrada de terra, local que fica na parte posterior da atual rodovia que foi construída posteriormente, como exemplo as casas G26 e G27.

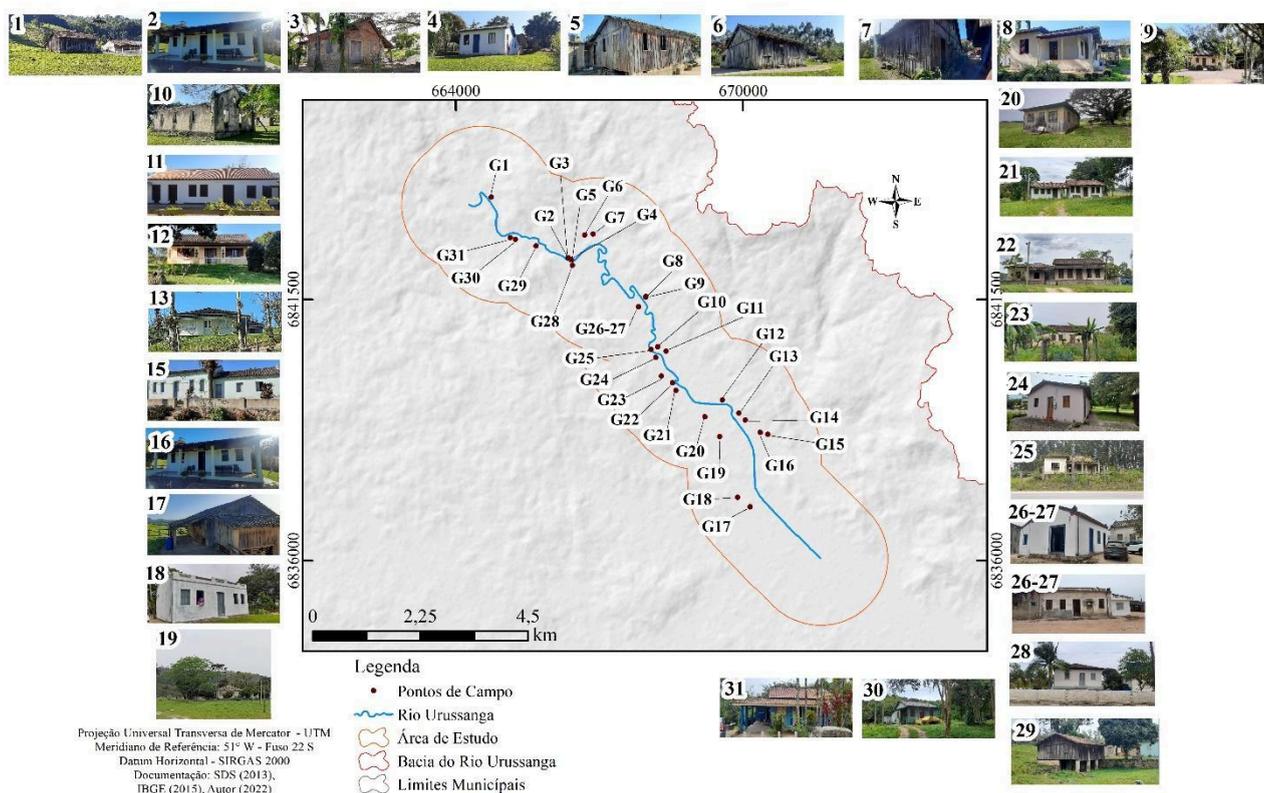


Figura 3 – Espacialização das residências mapeadas ao longo do Rio Urussanga

Fonte: Autores (2024).

Quadro 1 – Localização e coordenadas dos patrimônios residenciais ao longo do Rio Urussanga

Nº	COORDENADAS UTM	CARACTERÍSTICA/ LOCALIZAÇÃO	IMAGEM
G01	22J0664732 6843656	Residência em madeira localizada na Avenida Longarone Município: Urussanga. Estado de conservação: Bom.	
G02	22J06663376842377	Residência em alvenaria, localizada na Rua Durval Perito – Bairro de Villa – Município: Urussanga. Estado de conservação: Bom.	
G03	22J0666353 6842364	Residência mista em pedras e tijolos expostos, localizada na Rua Durval Perito – Bairro de Villa. Município: Urussanga. Estado de conservação: Bom.	
G04	22J0666417 6842324	Residência em alvenaria, localizada na Rua Durval Perito – Bairro de Villa. Município: Urussanga. Estado de conservação: Bom.	
G05	220666781 6842748	Residência em madeira, localizada na Rua Durval Perito – Bairro de Villa. Município: Urussanga. Estado de conservação: Regular.	
G06	22J0666875 6842836	Residência em madeira, localizada na Rua Durval Perito – Bairro de Villa. Município: Urussanga. Estado de conservação: Regular.	
G07	22J0667974 6841556	Residência em madeira, localizada na Rodovia dos Imigrantes Trevisano. Município: Urussanga. Estado de conservação: Regular.	
G08	22J0667965 6841547	Residência em alvenaria, localizada na Rodovia dos Imigrantes Trevisano Município: Urussanga. Estado de conservação: Bom.	
G9	22J0668209 6840499	Residência em alvenaria, localizada na Rodovia dos Imigrantes Trevisano – São Pedro. Município: Urussanga. Estado de conservação: Bom.	

G10	22J0668392 6840410	Vestígios de residência em alvenaria, localizada na Rodovia dos Imigrantes Trevisano. Município: Urussanga. Estado de conservação: Precário.	
G11	22J0669560 6839382	Residência em alvenaria, localizada na Rodovia dos Imigrantes Trevisano. Município: Urussanga. Estado de conservação: Bom.	
G12	22J0669912 6839105	Residência em alvenaria, localizada na Rodovia dos Imigrantes Trevisano. Município: Urussanga. Estado de conservação: Bom.	
G13	22J0670048 6838960	Residência em alvenaria, localizada na Rodovia dos Imigrantes Trevisano. Município: Urussanga. Estado de conservação: Bom.	
G14	22J0670358 6838700	Rodovia dos Imigrantes Trevisano. Município: Urussanga.	SEM FOTO (negativa de proprietário)
G15	22J0670519 6838658	Residência em alvenaria, localizada na Rodovia dos Imigrantes Trevisano. Município: Urussanga. Estado de conservação: Bom.	
G16	22J0670795 6838521	Residência em alvenaria, localizada na Rodovia dos Imigrantes Trevisano. Município: Urussanga. Estado de conservação: Bom.	
G17	22J0670942 6838161	Residência em madeira (hoje usada como paiol), localizada na Rodovia dos Imigrantes Trevisano. Município: Urussanga. Estado de conservação: Bom.	
G18	22J0669887 6837333	Residência em alvenaria, localizada na Rodovia Genésio Mazon – SC-445. Município: Urussanga. Estado de conservação: Bom.	
G19	22J0669514 6838613	Residência em alvenaria, localizada na Rodovia Genésio Mazon – SC-445. Município: Urussanga. Estado de conservação: Bom.	
G20	22J0669203 6839027	Residência em madeira, localizada na Rodovia Genésio Mazon – SC-445. Município: Urussanga. Estado de conservação: Regular.	

G21	22J0668597 6839583	Residência em alvenaria, localizada na Rodovia Genésio Mazon – SC-445. Município: Urussanga. Estado de conservação: Bom.	
G22	22J06685266839740	Residência em alvenaria, localizada na Rodovia Genésio Mazon – SC-445. Município: Urussanga. Estado de conservação: Bom.	
G23	22J0668297 6839885	Residência em alvenaria, localizada na Rodovia Genésio Mazon – SC-445. Município: Urussanga. Estado de conservação: Regular.	
G24	22J0668177 6840276	Residência em alvenaria, localizada na Rodovia Genésio Mazon – SC-445. Município: Urussanga. Estado de conservação: Bom.	
G25	22J06680826840444	Residência em alvenaria, localizada na Rodovia Genésio Mazon – SC-445. Município: Urussanga. Estado de conservação: Precário.	
G26 e G27	22J06678166841345	Residências em alvenaria, localizadas na Rodovia Genésio Mazon – SC-445. Município: Urussanga. Estado de conservação: Bom.	
G28	22J0666436 6842219	Residência em alvenaria, localizada na Rodovia Genésio Mazon – SC-445. Município: Urussanga. Estado de conservação: Bom.	
G29	22J065679 6842625	Residência em madeira, localizada na Rodovia Genésio Mazon – SC-445. Município: Urussanga. Estado de conservação: Bom.	
G30	22J06652456842760	Residência em madeira, localizada na Rodovia Genésio Mazon – SC-445. Município: Urussanga. Estado de conservação: Bom.	
G31	22J06651406842795	Residência em madeira, localizada na Rodovia Genésio Mazon – SC-445. Estado de conservação: Bom.	

Fonte: Autores (2024).

A margem direita do rio amplia o risco de permanência e impacto de praticamente todos os bens residenciais, sendo que a maioria se encontra muito próxima à rodovia ou a empresas de médio e grande porte.

Outros tipos de ocupações foram avistados ao longo das saídas de campo, como igrejas, capelas, escolas e indústrias, o que demonstra uma variedade de atividades e o envolvimento da comunidade com seu meio. Delimitar nosso olhar às residências não exclui o potencial que outros bens podem ter para a coletividade, apenas determina uma direção à pesquisa.

Assim, vislumbrar as margens do Rio Urussanga com o olhar voltado para o patrimônio edificado em potencial nos faz perceber as marcas e registros do passado, que estão praticamente inalterados pelo tempo, no cotidiano atual, de forma a ocupar o mesmo espaço, dividindo e acolhendo o novo. As diferentes temporalidades nada interferem na permanência dessas construções, que se encaixam entre o passado e o presente, e tem certamente histórias e memórias que ainda precisam ser registradas.

As edificações que margeiam o rio Urussanga se assemelham às antigas senhoras que guardam consigo a memória da cidade, esperando alguém disposto a ouvi-las, em analogia ao que escreve Bosi (1993) sobre os anciãos que ganham novos sentidos à vida quando encontram alguém disposto a ouvi-los. Ainda, segundo Ostetto (2014), são os indivíduos mais velhos que, por meio de suas lembranças, compartilham com outras gerações suas experiências – e de forma semelhante é partir dessa materialidade, em que as marcas do tempo nas paredes, as histórias, as cores, o lúdico e o poético esperam olhares sensíveis e diversos para que os encontros com a memória aconteçam e outros enredos possam ser costurados pelas moradias que, ao nosso ver, são um convite para que sejam historicizadas.

As residências observadas nas margens do rio Urussanga seguem finalidades de uso distintas daquelas tombadas no centro da cidade. Por mais que as edificações tenham funcionalidades distintas ou as construções não tenham a mesma complexidade arquitetônica que possuem as casas do entorno da praça de Urussanga, são igualmente

importantes para a escrita da História. Pela sua potencialidade podem ser beneficiadas e salvaguardadas por tombamentos, sejam eles municipais, estaduais ou federais. Por isso, um passo seguinte seria ouvir as histórias das famílias e aprofundarmos estes registros.

Assim, ao desenvolvermos este mapeamento às margens do rio Urussanga, verificamos uma ampla dimensão da cultura material deixada por diferentes famílias na cidade. O mapeamento torna-se assim uma forte ferramenta para compreender o processo de ocupação dessa região e para fortalecer futuras pesquisas históricas e projetos de proteção e salvaguarda. O campo do patrimônio e da memória abre as portas para a sua diversidade que enriquece nossa compreensão de passado, de ocupação e modos de vida. Por isso, concordamos com Hartog (2013, p. 197) de que

O patrimônio torna visível, expressa uma certa ordem do tempo, na qual a dimensão do passado conta. Trata-se, porém, de um passado do qual o presente não pode ou não quer se desligar completamente. Quer se trate de celebrá-lo, imitá-lo, conjurá-lo, de extrair prestígio dele ou apenas de poder visitá-lo.

Considerações finais

As migrações ocorreram por todo o planeta por razões diversas e em diferentes temporalidades, e no presente continuam e provavelmente continuarão acontecendo com frequência. Dentre esses vários eventos, apontamos para as migrações europeias ao sul do Brasil, em especial à vinda destes para região que hoje compreende a cidade de Urussanga, SC. Esse município, localizado no sul do Estado de Santa Catarina, teve sua colonização iniciada ainda no século XIX, majoritariamente por italianos. A vinda destas populações modificou toda a dinâmica e o espaço constituídos nesse território até então.

Um dos grandes questionamentos desta pesquisa se dava sobre a colonização das margens do Rio Urussanga, evidenciando os poucos registros sobre o ocorrido e pela negativa do reconhecimento destes bens culturais como patrimônios. As perguntas se transformaram em saídas de campo, que apresentaram resultado esperado quanto à

presença do colono no local. Dezenas de residências de temporalidades e matérias-primas diferentes foram encontradas, e com elas muitas histórias foram reveladas.

Por toda a extensão do rio que compreende a cidade de Urussanga foram avistadas edificações em estados de conservação distintos, mas ainda assim resistentes ao tempo e às adversidades. Presentes nestes locais, permitem que outros reconheçam algo que era individual, como se pudesse torná-lo vívido novamente, e nesta relação transformar-se em evocadores de memórias partilhadas. Assim, pensamos esta pesquisa como linhas que possam costurar o passado no presente, no qual as margens do rio Urussanga se configuram como novos pontilhados. Esta pesquisa, além de contemplar seus objetivos, instiga e possibilita a continuidade e interdisciplinaridade, visto que ao identificar essas construções, verificamos o seu potencial para a patrimonialização. Entretanto, precisamos nos questionar, por que estes bens continuam a margem do reconhecimento? É fundamental que novas pesquisas possam surgir deste questionamento no diálogo com moradores, comunidade e órgãos responsáveis pela preservação do patrimônio que se quer plural e partilhado. Salienta-se que discutir e analisar o estado de conservação e as histórias plurais de cada edificação identificada nesta pesquisa é algo que ainda deve ser realizado, porém aqui se tem um passo inicial para a categorização destes bens culturais.

Agradecimentos

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de estudos concedida a primeira autora. Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela Bolsa de Pesquisa (Processo 312543/2022-0) concedida ao segundo autor. À Fundação de Amparo à Pesquisa e inovação de Santa Catarina (FAPESC) pela bolsa de estudos (Doutorado Cp – 48/2021) ao quinto autor.

Referências

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. Companhia Das Letras, f. 242, 1993. 484 p.

CAMPOS, Juliano Bitencourt; MATIAS, Carlos dos Passos Paulo; PREVE, Daniel Ribeiro; SILVA, José Gustavo Santos da; ROSA, Tarcísio Roldão da; FUNARI, Pedro Paulo A. Patrimônio Imaterial e Identidade: reflexões sobre democracia e cidadania. **Memória em Rede**, Pelotas, v. 30, n. 16, p. 432-452, fev. 2024.

De LUCA, Virginia Gomes; SANTIAGO, Alina Gonçalves. A paisagem cultural em sítios históricos rurais de imigração italiana. **Labor e Engenho**, [S.L.], v. 5, n. 1, p. 43, 29 mar. 2011. Universidade Estadual de Campinas.

DE LUCA, Virginia. Gomes.; SANTIAGO, Alina. Gonçalves. O patrimônio arquitetônico do centro histórico de Urussanga (Santa Catarina). **Oculum Ensaios**, [S. l.], v. 17, p. 1–16, 2020.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: presenteísmo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autentica, 2013.

HOLZER, Werther; FERNANDES, Marina Pires. Patrimônio Residencial de Nova Friburgo O resgate da memória a partir das Vilas Operárias. **Periódico Técnico e Científico Cidades Verdes**, [S.L.], v. 9, n. 25, p. 64-80, 4 dez. 2021. ANAP - Associação Amigos de Natureza de Alta Paulista.
<http://dx.doi.org/10.17271/2317860492520212989>

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **O patrimônio cultural da imigração em Santa Catarina** / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; organização, Maria Regina Weissheimer; texto, Dalmo Vieira Filho. – Brasília, DF : Iphan, 2018.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/perguntasFrequentes?categoria=9>, Acesso em 10 de fevereiro de 2023.

MARQUES, Agenor Neves. **Imigração Italiana: Edição Comemorativa do Centenário de Urussanga 1878-1978**. Criciúma: Gráfica Ribeiro, 1978. 272 p.

NICOLADELLI, Tayse Borghezani; SILVA, José Gustavo Santos da; MENEGASSO, Juliana Debiasi; CAMPOS, Juliano Bitencourt; PREVE, Márcia Luzia Sartor; SUTIL, Thaise; CONTO, Danrlei de; ZOCHE, Jairo José. Muros de taipas de pedra no Parque Nacional de São Joaquim no município de Orleans/SC. **Revista Cadernos do Ceom**, [S.L.], v. 36, n. 59, p. 254-269, 27 out. 2023. Cadernos do CEOM. <http://dx.doi.org/10.22562/2023.59.16>.

OSTETTO, Luci Cristina. **Nova Veneza na Primeira Metade do Século XX**. Quadros de Memórias, Retratos de Famílias. 1. ed. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2014. 120p.

ROCHA, Liziane Acordi; CARDOSO, Michele Gonçalves. Patrimônio histórico e migrações contemporâneas: reflexões sobre o município de Urussanga/SC. **Revista Memória em Rede**, [S.L.], v. 13, n. 25, p. 8-30, 15 jul. 2021. Universidade Federal de Pelotas. <http://dx.doi.org/10.15210/rmr.v13i25.16232>.

SÁNCHEZ, Lorena Marina. La intervención del patrimonio arquitectónico-urbano residencial de Mar del Plata: un problema abierto. **Arquitecturas del Sur**, [S.L.], v. 40, n. 61, p. 40-53, 31 jan. 2022. Universidad del Bio Bio. <http://dx.doi.org/10.22320/07196466.2022.40.061.03>.

SANTIN, Janaína Rigo; MARANGON, Elizete Gonçalves. O estatuto da cidade e os instrumentos

de política urbana para proteção do patrimônio histórico: outorga onerosa e transferência do direito de construir. **História (São Paulo)**, [S.L.], v. 27, n. 2, p. 89-109, 2008. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0101-90742008000200006>.

SELAU, Maurício da Silva. **A ocupação do território Xokleng pelos imigrantes italianos no sul catarinense (1875-1925): resistência e extermínio**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História, Florianópolis, 2006.

SILVA, Daisy Rafaela da. Patrimônio cultural imaterial – a tutela em face do direito ambiental brasileiro. In: MARQUES, José Roberto (Org.). **Leituras Complementares de direito ambiental**. Jus Podvm, 2008. p. 57-85.

ZARBATO, Jaqueline Aparecida Martins. Ensino de História, patrimônio cultural e currículo: reflexões sobre ações educativas em educação patrimonial. **Revista Labirinto**, Porto Velho, v. 22, n. 15, p. 77-90, 2015.